



**Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"**

WILLIAN CARDOSO DE MORAES

**CRESCIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE: BRICs COMO
UM CASO**

**Assis/SP
2011**

WILLIAN CARDOSO DE MORAES

**CRESCIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE: BRICs COMO
UM CASO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA e a Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA, com requisito para conclusão do Curso de bacharelado em Administração de Empresas.

Orientador: Dr. Reynaldo Campanatti Pereira

Área de Concentração: Ciências Sociais Aplicadas

Assis

2011

FICHA CATALOGRÁFICA

MORAES, Willian Cardoso de

Crescimento econômico e sustentabilidade: BRICs como um caso./
Willian Cardoso de Moraes. Fundação Educacional do Município de
Assis – FEMA - Assis, 2011.

55 p.

Orientador: Profº Drº Reynaldo Campanatti Pereira
Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto Municipal
de Ensino Superior de Assis – IMESA/FEMA

1. Sustentabilidade 2.Crescimento Econômico 3.Macroeconomia
4. BRICs

CDD: 658
Biblioteca da FEMA

CRESCIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE: BRICs COMO UM CASO

WILLIAN CARDOSO DE MORAES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, como requisito do Curso de Graduação em Administração de Empresas, analisado pela seguinte comissão examinadora.

Orientador: Prof. Dr. Reynaldo Campanatti Pereira

Analisador (1): Ms. Sarah Rabelo de Souza

Assis

2011

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família e aos meus amigos, que são a base de tudo e sempre acreditaram no meu potencial.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter me dado forças, sabedoria e paciência para que eu conseguisse tornar esse trabalho concreto.

Ao professor, Dr. Reynaldo Campanatti Pereira, pela orientação e pelo constante estímulo transmitido durante o trabalho. Obrigado pela direção e pela luz no caminho.

Aos meus amigos, que me deram forças em seguir em frente e não desanimar. Devo gratidão a pessoas especiais que contribuíram comigo ao longo do trabalho. Agradeço à Hindianara pela forcinha na gramática, ao João e ao Nan pela força no idioma, ao Pedrinho que sempre me deu o maior apoio pra seguir em frente, às minhas “BFF”, Nay, Aninha e Marina, pelo apoio moral, agradeço a Nati pela troca de experiências e aos meus companheiros de sala e orientação. Sou grato ao Pegorari e a Thaissa, pelo auxílio nos detalhes finais. E thank’s aos outros amigos que não foram especificados, mas que pude contar com o carinho sempre.

À minha família, que sempre me apoiou desde o início do curso.

E um muito obrigado à professora Sarah, minha banca examinadora, pela direção e pelas dicas na finalização deste trabalho.

A tendência tem sido a de aceitar o complemento “sustentável” com a mesma facilidade que se absorve uma nova gíria, ou uma nova marca de sabonete.

José Eli da Veiga

(2006)

RESUMO

O mercado econômico internacional apresenta variações constantes, estas interferem na situação econômica dos países em fase de crescimento. Alguns desses países têm apresentado um crescimento considerado acelerado.

Ao mesmo tempo em que esse crescimento influencia positivamente na estrutura do país, traz consigo consequências prejudiciais ao desenvolvimento do mesmo.

Tais consequências, como a queda da qualidade de vida, a má distribuição de rendas e o impacto ambiental, poderão ser reavaliadas através de medidas que visam a sustentabilidade.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Crescimento econômico; Macroeconomia; BRICs.

ABSTRACT

The international economy market has constant variations that interfere on the economy of growing countries. Some of those countries have been presenting a fast growth.

Even though this growth is good for the country's structure, it brings bad consequences to its development.

Those consequences, such as drop of life quality, bad income distribution and the environmental impact, can be reevaluated through measures aiming for sustainability.

Keywords: Sustainability, Economic Growth, Macroeconomics; BRICs.

RESUMEN

El mercado económico internacional preséntanos variaciones constantes. Esas variaciones interfieren en la situación económica de los países en desarrollo. Algunos de ellos han ostentado un crecimiento acelerado en cuenta.

Mientras el crecimiento influye positivamente en la estructura del país, igualmente agrega consecuencias desfavorables al su desarrollo.

Tales consecuencias, como la decadencia de la calidad de vida, la mala distribución de renta y el impacto ambiental, podrán ser revisadas a través de medidas que ponen en visto la sustentabilidad.

Palabras-claves: Sostenibilidad; Crecimiento económico; Macroeconomía; BRICs.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quanto mais rico, mais sujeira	43
Figura 2 - Lixo eletrônico entre emergentes	45
Figura 3 - A emissão de CO ₂	46

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. PARALELO ENTRE CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	12
3. AS CONSEQUÊNCIAS DO PONTO DE VISTA DA SUSTENTABILIDADE	26
4. A SUSTENTABILIDADE NOS PAÍSES DO BRICS	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS.....	52

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar as consequências, tanto positivas quanto negativas, causadas pelo crescimento econômico.

O tema abordado está cada vez mais presente no dia a dia dos países em fase de crescimento, como por exemplo, o Brasil.

É de fato importante focar na agressão ao meio ambiente que esse crescimento causou devido ao avanço das tecnologias e do consumismo.

A necessidade de se estabelecer um paralelo entre o crescimento econômico e o desenvolvimento econômico será abordado de forma com que sejam apresentados os riscos causados pelos mesmos. Tais consequências sempre estiveram presentes na vida da humanidade, porém, atualmente estão se tornando mais intensas e catastróficas e vêm abalando todos os países que se encontram em processo de crescimento econômico.

Problemas como a qualidade de vida precária, a má distribuição de rendas e o avanço da pobreza são preocupações frequentes nos países que estão crescendo aceleradamente.

A sustentabilidade é apresentada como uma forma de conscientizar a população para garantir a preservação dos recursos naturais e da sobrevivência do planeta. Além disso, a sustentabilidade deverá ser um tema frequentemente abordado em países como os que formam o BRICs (sigla que representa os países: Brasil, Rússia, Índia e China), que necessitam de mudanças para a redução desse impacto causado por esse crescimento.

2. PARALELO ENTRE CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Tem-se como crescimento econômico um avanço notório na economia de um país. Esse crescimento pode ser mensurado através do PIB (Produto Interno Bruto). Com esse progresso cada vez mais perceptível, não significa que a situação do país esteja cada vez mais bem sucedida, ou seja, não é porque o país está progredindo economicamente que ele não apresenta problemas que possam surgir eventualmente (FRANCO, 2000 *apud* MARTINELLI, 2004).

O Brasil está passando por esse crescimento. Atualmente, é considerado um dos países que apresentam índices do PIB em constante avanço, porém esse progresso na economia brasileira não expressa que o país esteja num grande nível de desenvolvimento e sim de crescimento.

Primeiramente, deve-se traçar um paralelo entre crescimento e desenvolvimento econômico:

O crescimento econômico caracteriza-se por um aumento quantitativo na produção de bens e serviços, graças a atuação de um ou de dois fatores de produção preponderantes, geralmente capital e tecnologia, expresso, por exemplo, pelo aumento do PIB. Já o desenvolvimento econômico é caracterizado por um aumento, não só quantitativo, como também qualitativo, em função da participação harmônica de todos os fatores de produção, consubstanciado por um processo de transformação social, com o progressivo deslocamento da mão-de-obra do setor primário para o setor secundário e para o setor terciário, expresso, por exemplo, pelo crescimento do PIB, com minimização das disparidades de renda, a nível pessoal, regional e setorial. (COIMBRA, 2000)

Coimbra (2000) é enfático ao citar que o crescimento econômico é quantitativo, enquanto o desenvolvimento econômico é qualitativo. O crescimento econômico é mensurado através do PIB, que apresenta a capacidade econômica de um país; já o desenvolvimento econômico é representado não só pelo aumento, mas também pelas melhorias internas no país, tais como a qualidade de vida e as necessidades básicas da população (saúde, educação, transportes, entre outros).

Para Denardi (2000), dizer que crescimento econômico e desenvolvimento econômico são sinônimos não é uma afirmação viável:

O conceito de desenvolvimento possui uma longa história de construção, sendo ainda tem de debates e controvérsias. Entre o final da segunda guerra mundial e meados dos anos sessenta, não se fazia distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico. No entanto, as condições de vida de muitas populações não melhoravam, e até pioravam, mesmo quando os seus países haviam alcançado elevadas taxas de crescimento. Esses fatos provocaram uma grande insatisfação com essa visão do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. (DENARDI et al., EMATER, 2000, p.8)

Denardi (2000) cita em sua obra que o conceito de crescimento econômico não vem sido aplicado apenas na atualidade, e sim desde a metade do século XX. Faz-se necessário mencionar que o crescimento na economia dos países não representava as verdadeiras condições dos países, isso porque ao mesmo tempo em que se havia um bom desempenho no mercado econômico mundial, problemas internos como a proliferação da pobreza e altas taxas de crescimento populacional, se destacavam grandemente.

Comumente acredita-se que crescer e desenvolver economicamente têm o mesmo significado, porém, apesar dessas duas situações apresentarem certo avanço como característica comum, crescimento e desenvolvimento econômico não são sinônimos.

Quando um país está se desenvolvendo economicamente, significa que está evoluindo e estabilizando de forma positiva as diversas áreas do seu todo; já quando um país está crescendo economicamente, denota que o país está com melhores condições econômicas e tem a capacidade de se estabilizar.

Apresentar um estado de desenvolvimento indica que o país está também num processo de crescimento econômico e de desenvolvimento de setores considerados de grande valor para o seu desenvolvimento. Pode-se citar como setores primordiais a população que o habita e os recursos naturais presentes em seu território.

Ainda sobre o desenvolvimento econômico, Veiga (2006, p.119) enfatiza que a definição mais adequada seria uma mudança qualitativa e não quantitativa, ou seja,

é necessário que as mudanças que devem ocorrer no país estejam ligadas à qualidade e não à quantidade. O autor ainda cita:

Ninguém duvida que o crescimento seja um fator muito importante para o desenvolvimento. Mas não se deve esquecer que, no crescimento, a mudança é quantitativa, no desenvolvimento, ela é qualitativa. Os dois estão intimamente ligados, mas não são a mesma coisa. E sob vários prismas a expansão econômica chega a ser bem mais intrigante que o desenvolvimento. (VEIGA, 2006, p.119)

O crescimento econômico está de certa forma dentro do desenvolvimento econômico, isto é, quando se diz que um país está se desenvolvendo, entende-se que também apresenta um crescimento econômico.

Alguns autores defendem a ideia de que existe somente o crescimento e que o desenvolvimento econômico nada mais é do que uma enganação. Furtado (1974, p.75) já dizia que tal desenvolvimento era apenas um mito:

[...] a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a essa ideia, diz ele, tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-lo em objetivos abstratos, como são os investimentos, as exportações e o crescimento.

Ainda segundo o autor, quando um país é considerado como país desenvolvido, há um foco maior nas consequências consideradas favoráveis do que nas consequências que prejudicam e afetam a imagem do país. Para ele, os governos se importam mais em manter uma aparência positiva do país do que em buscar soluções para os problemas que podem futuramente afetar sua imagem.

Para Veiga (2006), a ideia de desenvolvimento econômico não está baseada no crescimento, onde muitos ainda acreditam que um país é desenvolvido porque a sua economia cresceu.

Com isso, de certa forma, os governos mundiais buscam apresentar apenas os prós do crescimento econômico, tais como o desenvolvimento da economia e o avanço de suas tecnologias; deixando de enfatizar que há também problemas que surgem

através do mesmo, como a queda na qualidade de vida da população, desigualdades sociais, pobreza e danos ao meio ambiente (GADOTTI, 2000).

É necessário que haja uma harmonia entre o crescimento econômico do país e o desenvolvimento da situação de sua população: “O crescimento material e o aumento quantitativo são necessários para o desenvolvimento humano genuíno, mas que não seja crescimento de qualquer tipo, nem aumento a qualquer preço.” (GOULET, 1997, p.77)

Furtado (1961) acredita que a mudança para o crescimento não é algo espontâneo e sim dependente de diversos fatores, como: a vontade política, consentimento das partes que compõem o país, projetos e o andamento do mercado mundial.

O desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação, de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso às formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um futuro melhor para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza e efetiva a melhoria das condições de vida desta população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. Ora, essa metamorfose não se dá espontaneamente. Ela é fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política. As estruturas de países que lideram o processo de desenvolvimento econômico e social não resultaram de uma evolução inercial, mas de uma opção política orientada para formar uma sociedade apta a assumir um papel dinâmico nesse processo (FURTADO, 1961 apud Cadernos do Desenvolvimento, 2006, p. 25)

As mudanças essenciais para o desenvolvimento econômico de um país devem partir de um consenso geral, além de serem planejadas para assim garantirem resultados satisfatórios e ao mesmo tempo evitar, ou pelo menos reduzir, a frequência com que esses problemas possam afetar no desenvolvimento do país.

Um país crescendo economicamente a cada dia, como a China, por exemplo, apresenta vantagens em relação ao resto do mundo, principalmente aos países menos desenvolvidos e do Terceiro Mundo.

Tais vantagens acontecem porque o crescimento econômico traz consequências que refletem positivamente no país, como por exemplo, o avanço tecnológico e o desenvolvimento da economia. Com esse desenvolvimento, há melhorias nas condições do país se estabilizar no mercado mundial.

Com o passar dos anos e com o avanço econômico, as nações conseguem adquirir novas tecnologias, tornando-se assim países modernizados, através da capacidade de inovação e aprimoramento.

As pessoas procuram cada vez mais adquirir e aderir a essas tecnologias que modernizam e facilitam o seu cotidiano. Porém, esses altos níveis de tecnologias estão mais presentes nos países mais desenvolvidos, pois com o seu crescimento econômico, a capacidade de aprimorar as suas tecnologias aumenta gradualmente. Por isso, a tecnologia tem contribuído positivamente no desenvolvimento do país.

A tecnologia demonstrou, então, que poderia contribuir de forma efetiva na reversão de situações críticas. Métodos de planejamento, modelos matemáticos, equipamentos para controle de poluição e processos tecnológicos alternativos menos poluentes foram desenvolvidos. Isso possibilitou a correção de problemas existentes, como também a estimativa antecipada de efeitos e impactos de situações hipotéticas futuras por meios de simulações com modelos físicos e matemáticos. (BRAGA et al., 2002, p. 216)

Porém, ao mesmo tempo em que a tecnologia é um fator positivo no desenvolvimento, torna-se um fator negativo por ser um dos principais destruidores do meio ambiente:

Passou-se, assim, a admitir que existem limites que devem ser respeitados e que a tecnologia é fundamental, mas é não é capaz de resolver todos os problemas quando alguns limites, às vezes desconhecidos, são alcançados (efeito estufa, depleção da camada de ozônio). (BRAGA et al., 2002, p.216)

Há a necessidade de planejamento na criação e conscientização na utilização desses equipamentos que podem ser grandes auxiliares na extinção de problemas que atingem os países em desenvolvimento. Contudo, ao mesmo tempo em que a tecnologia auxilia no desempenho e no crescimento do país, ela retarda diversos setores, por agir de forma negativa e muitas vezes danificadora.

Quando se considera um crescimento utilizando o PIB como principal indicador, deixam-se de lado outros bens que estão diretamente ligados ao crescimento e desenvolvimento, como a cultura e os direitos humanos.

Deve-se levar em consideração o fato de que o crescimento do PIB não vai resolver os problemas tanto sociais quanto econômicos do país. (FRANCO, 2000 apud MARTINELLI, 2004, p. 15)

Portanto, o utilizar o PIB como referência de crescimento é considerado um erro, tendo em vista que “o PIB fecha os olhos para a depreciação de cruciais estoques, como os de recursos naturais.” (VEIGA, 2007, p.41) A real situação em que o país se encontra como as que se referem às condições de sobrevivência adequada para seus habitantes, preservação dos recursos naturais, entre outros, não é demonstrada através do valor do PIB, pois se trata de valores não-monetários.

Levando em consideração que esse crescimento traz consigo consequências negativas, Medeiros (2001, p.165) apresenta grandes problemas que afetam a sociedade nesses países que estão nesse processo de crescimento:

Há hoje um consenso no país. A pobreza abjeta, o emprego é precário e a péssima distribuição de renda constituem para amplíssimo espectro de opiniões os principais problemas e os desafios a serem enfrentados, pelo país nos próximos anos. Por diversas razões, mas principalmente pelo aumento do desemprego urbano que se afirmou na segunda metade da década, o grau de tolerância com a desigualdade e a pobreza – historicamente muito elevado – parece ter se reduzido, ao menos retoricamente, na sociedade brasileira. Esse posicionamento naturalmente não se limita ao Brasil. Ao contrário, há hoje uma unanimidade.

O autor apresenta em sua obra problemas que surgem por meio do crescimento econômico de um determinado país, além de ressaltar que essas consequências não afetam apenas países que apresentam atualmente um índice de crescimento maior, e sim estão presentes também nos países desenvolvidos, até mesmo porque os países desenvolvidos, considerados como grandes potências, já passaram por esse processo de desenvolvimento e crescimento da sua economia.

Veiga (2006) também deixa claro que esses problemas, consequentes desse crescimento, estão presentes tanto em países desenvolvidos quanto nos países em fase de desenvolvimento: “E muitas dessas privações podem ser encontradas tanto em países pobres como em países ricos”. (p.174)

Esses problemas afetam diretamente a população e provocam uma queda na qualidade de vida das pessoas, cuja essa qualidade de vida, é a verdadeira riqueza da nação. (VEIGA, 2006 p.23)

Outro problema fruto desse crescimento é em relação à distribuição de rendas, que faz com que parte da população, que habita as regiões mais desenvolvidas do país, tenha mais acesso aos benefícios desse crescimento do que a outra parte da população que, geralmente, habita nas regiões onde o emprego e riqueza são escassos.

Veiga (2006, p.174) expõe em sua obra que um problema acarreta outro:

Todavia problemas novos convivem com outros muito antigos: a persistência da pobreza e de necessidades essenciais não-satisfeitas, a ampla disseminação de fomes coletivas e crônicas, a violação de liberdades políticas elementares e de liberdades formais básicas, sem falar da ampla negligência diante das condições de agente das mulheres.

Problemas como a pobreza e o desemprego são frutos de uma má distribuição de renda do país. Esses problemas sempre estiveram presentes na sociedade, porém, esse crescimento ocasiona uma concentração de riquezas em certas regiões e uma insuficiência em outras regiões menos privilegiadas por esse crescimento. Essa má distribuição de rendas faz com que esses problemas mencionados estejam aumentando e se alastrando cada vez mais.

Os estudos empíricos sobre as relações entre crescimento econômico, distribuição de renda e pobreza predominam na literatura especializada contemporânea. Busca-se em geral decompor a variação do nível de pobreza de um dado país em um componente de crescimento e um componente de distribuição. [...] Como nos dias atuais são crescentes as restrições macroeconômicas ao crescimento econômico (sobretudo nos países emergentes) vem aumentando a ênfase na distribuição da renda. (MEDEIROS, 2001, p.168)

O impacto que a má distribuição de rendas provoca na sociedade é de extrema importância para que os governos busquem melhores condições para a população

de seu país. Para isso, devem-se garantir condições básicas de sobrevivência, como água, energia e alimentação, que são primordiais para um crescimento social. (RIVERO, 2002, p.214)

A maioria dos governos mostra absoluta despreocupação quanto ao crescimento urbano e à disponibilidade futura de água, energia e alimentos. O mito do desenvolvimento está tão enraizado no inconsciente coletivo das classes políticas que elas não se preocupam com o desequilíbrio físico-social. Parecem acreditar que o desenvolvimento é possível sem água, sem energia e sem alimentos, bastando aplicar a política econômica e financeira que prescrevem as grandes potências, as transnacionais e as instituições econômicas e financeiras internacionais (RIVERO, 2002, p.214)

Essas condições básicas estão, de certa forma, disponíveis apenas para uma pequena massa de privilegiados. Com isso, há uma falta de equilíbrio no âmbito social do país, onde quem habita as regiões mais desenvolvidas, tem melhores condições de sobrevivência do que quem reside em regiões onde essas condições são precárias.

Os índices de privilegiados desse crescimento estão cada vez menores, ou seja, o número de pessoas que tem a capacidade de usufruir os recursos capitalistas provindos desse crescimento está diminuindo cada vez mais. (FURTADO, 1975, p.85)

As palavras de Jiang Zemin, Secretário-Geral do Partido Comunista da China em 1990, em relação à pobreza ocasionada pela má distribuição de renda, foram publicadas na obra de Carlos Tavares de Oliveira (2002, p.41): “Devido a razões práticas e históricas, muitos países em desenvolvimento ainda estão com dificuldades econômicas e cerca de um bilhão de pessoas, em todo o mundo, não têm o suficiente para comer e vestir.” Para o Secretário, onde a grande parte da população não possui uma estrutura econômica capaz de sustentar a si mesmo e uma minoria que tem mais condições financeiras consegue desfrutar dos benefícios desse grande avanço na economia. Nota-se que há uma ligação entre o crescimento econômico e a má distribuição de rendas, esse problema por sua vez acarreta outro fator considerado uma consequência desse desenvolvimento: o desemprego. (MEDEIROS, 2001 p. 168-169).

As estatísticas internacionais conseguem explicar claramente que os países em desenvolvimento tiveram uma grande expansão da pobreza. Na Rússia (outro país emergente em desenvolvimento) possui miséria e uma grande concentração de renda, que aumentaram de uma forma preocupante, ou seja, a má distribuição de rendas faz com que uns se beneficiem mais que outros. (MEDEIROS, 2001 p. 165)

Hirst (1998, p. 163) apresenta em sua obra países que vêm apresentando um panorama desigual, ocorrente desse crescimento:

Os países parcialmente desenvolvidos, como o Brasil, o México e a África do Sul enfrentam essa crise inibidora de crescimento, que resulta de um desenvolvimento desigual, e também as tensões que ela coloca para um governo aberto e responsável. Essas tensões continuam evidentes, mesmo quando os respectivos países estão fazendo um esforço para democratizar seus regimes, como evidenciado pela revolta em Chiapas, no México, e o difundido, embora formal, reconhecimento nas recentes eleições do Brasil, pelos principais partidos, da necessidade de melhorar a pobreza urbana.

Devido à falta de planejamento, os países em fase de crescimento econômico tendem a um crescimento constante e desigual; ou seja, a sociedade (os problemas que afetam a população e a qualidade de vida) e o meio ambiente (a preservação e a degradação) estão cada vez mais desordenados. (BRAGA et al., 2002, p.216)

O declínio na economia rural e o uso de novas tecnologias na agricultura fazem com que o êxodo dessas regiões seja cada vez maior. As famílias que habitam as zonas rurais migram para as áreas urbanas em busca de melhores condições de vida, e com isso, produz uma classe desempregada, além de aumentar as zonas pobres, como as favelas. (HIRST, 1998, p.162)

Essas pessoas exiladas das zonas rurais encontram dificuldades ao tentar ingressar no mercado de trabalho: “Não se trata aqui da dicotomia clássica entre trabalho qualificado e não qualificado, trata-se, antes, da forma como o acesso à habitação, ao transporte, à escolarização foi historicamente desenvolvida” (MEDEIROS, 2001, p.169). Há então um paralelo entre estar preparado profissionalmente para ingressar no mercado – ter estudos, experiência profissional – e não estar preparado – não possuir experiência alguma e não ter “competência” para exercer uma função.

Devido à falta de condições básicas de sobrevivência, como uma alimentação saudável e um bom nível de estudos, os indivíduos que não desfrutam das virtudes do crescimento, devido à má distribuição de rendas, são obrigados a viver em condições precárias. De tal forma, essas pessoas consideradas excluídas dos prós do crescimento econômico, não possuem um padrão de vida considerado razoável. Os governos, por sua vez, deixam de investir nas melhorias e no combate a esse alastramento da pobreza. Essas pessoas que não tem acesso à renda que o governo aplica nas regiões mais desenvolvidas são obrigadas a lutar pela sobrevivência, construindo suas moradias de formas precárias e colocando suas vidas em risco. (FÓRUM DE ONGS BRASILEIRAS, 1992, p.116)

Não é porque um país apresenta uma situação econômica mais estável, que ele ofereça ótimas condições de vida para seus habitantes. A China, por exemplo, com a sua economia superando a do Japão, apresenta qualidade de vida inferior à dos habitantes do Japão. Naisbitt (1994, p.209) cita que avanço econômico e aumento de qualidade de vida não são sinônimos: “O tamanho da economia não deve ser confundido com o padrão de vida. Por maior que seja a nossa imaginação, a China não possui, nem possuirá tão cedo, um padrão de vida afluyente, mesmo que fosse a maior economia mundial”.

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) foi criado para acompanhar o crescimento e o desenvolvimento da população de um país, e de certa forma, obter um parâmetro na qualidade de vida de seus habitantes. “De qualquer forma, é importante assinalar que o IDH permite ilustrar com clareza a diferença entre rendimento e bem-estar.” (VEIGA, 2006, p.26)

Através do Índice de Desenvolvimento Humano se pode ponderar a variação da qualidade de vida da população de um país, analisar a situação em que se encontram os seus habitantes e obter resultados.

De fato é importante ressaltar que PIB e IDH são indicadores parcialmente diferentes e é de extrema importância que haja uma distinção entre o crescimento econômico e a qualidade de vida da população. VEIGA mostra em sua obra que há países que apresentam um PIB (Produto Interno Bruto) inferior ao de países que atingiram um IDH mais alto, ou seja, não é porque o país não seja completamente

desenvolvido que ele apresente condições precárias para a sobrevivência de seus habitantes. (VEIGA, 2006)

O crescimento populacional, muitas vezes ocasionado pelo êxodo rural, que faz com que as pessoas que habitam as zonas rurais exilem do campo para as cidades em busca de melhores condições de vida, faz com que esses problemas se aliem a outros que afetam a população. Esses problemas estão praticamente ligados, ou seja, é uma espécie de corrente onde um problema é ocasionado através de outro. A pobreza, por exemplo, é característica marcante da má distribuição de rendas; que, com isso, gera más condições de vida para seus habitantes, causando uma bruta queda na qualidade de vida da população.

Ao mesmo tempo em que os reflexos desse crescimento atingem o lado social do país, também afetam intensamente, e de forma negativa, o lado ambiental.

Por outro lado, atualmente, o meio ambiente se encontra em um estado de degradação constante, isso porque as indústrias, surgidas através do avanço tecnológico e do crescimento do país, agredem a natureza de forma com que as chances de se recuperar os recursos que foram perdidos sejam praticamente nulas.

Os danos que as indústrias e as grandes tecnologias provocam no meio ambiente, afetam também o clima mundial. As mudanças climáticas que existem atualmente podem ser consideradas consequências da agressão causada ao meio ambiente devido ao avanço industrial, o aumento populacional, entre outras causas.

Serão alterações de temperatura como estas resultado da interferência humana no clima do planeta? Não podemos saber ao certo, mas temos de admitir a possibilidade de que sejam, como também o crescente número de furacões, tufões e tempestades registrado nos últimos anos. Em consequência do desenvolvimento industrial global, talvez tenhamos alterado o clima do mundo, além de ter danificado parte muito maior de nosso habitat terrestre. Não saberemos que outras mudanças virão, ou que perigos elas trarão em sua esteira. (GIDDENS, 2007, pg.31)

Essas agressões influenciam negativamente no andamento do país, pois para um crescimento e desenvolvimento saudável, há a necessidade de que haja uma

harmonia entre o homem e o meio ambiente (SACHS, 1986, p.18). O equilíbrio socioambiental deve estar presente constantemente, devido ao fato de que o ser humano utiliza a natureza como fonte de onde retira os recursos naturais necessários. Quando a agressão à natureza está cada vez mais presente, tais recursos provindos dela estão cada vez mais escassos.

Os economistas corporativos tratam como bens gratuitos não somente o ar, a água e o solo mas também a delicada rede de relações sociais, que é seriamente afetada pela expansão econômica contínua. Os lucros privados estão sendo obtidos com os custos públicos em detrimento do meio ambiente e da qualidade geral da vida, e às expensas das gerações futuras. (CAPRA, 1996, p.98)

A ausência desses recursos acaba prejudicando o desenvolvimento do país, isso devido ao fato de que as grandes indústrias que suprem a demanda do país utilizam recursos naturais para a sua produção. Com a ausência desses recursos, há um aumento nas importações: com a escassez de recursos naturais, a busca pelos mesmos em países onde ainda a devastação não é tão intensa.

Não se encontra aí qualquer preocupação com respeito à crescente *dependência* dos países altamente industrializados *vis-à-vis* dos recursos naturais dos demais países, e muito menos com as consequências para estes últimos do uso predatório pelos primeiros de tais recursos. A novidade está em que o sistema pôde ser fechado em escala planetária, numa primeira aproximação, no que se refere aos recursos não renováveis. Uma vez fechado sistema, os autores do estudo formularam-se a seguinte questão: que acontecerá se o *desenvolvimento econômico*, para qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chegar efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegarem efetivamente a universalizar-se? A resposta a essa pergunta é clara, sem ambiguidades: se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou, alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso. (FURTADO, 1974, p.11)

Os países menos desenvolvidos, por ainda apresentarem um nível de desenvolvimento inferior às grandes potências, conseguem obter uma maior preservação dos seus recursos naturais, tornando-se assim a principal fonte de

recursos naturais das grandes potências econômicas. Furtado utiliza Estados Unidos, grande potência econômica mundial, como exemplo de que países desenvolvidos tendem a importar recursos naturais de países onde os mesmos não foram afetados pelas agressões ao meio ambiente: “Esses estudos puseram em evidência o fato de que a economia norte-americana tende a ser crescentemente dependente de recursos não renováveis produzidos fora do país” (FURTADO, 1974, p.10). Nesse mesmo tempo, a poluição e destruição do meio ambiente ainda não era um fato de grande relevância, mas o autor já afirmava que o avanço econômico em um país pode sim trazer consequências, pois esse grande desenvolvimento faz com a agressão ao meio ambiente esteja cada vez mais presente no nosso dia a dia, e assim afetando nosso ecossistema e indiretamente afetaria o sistema econômico (FURTADO, 1974, p.11).

A poluição atmosférica e as chuvas ácidas, provocadas pela queima de combustíveis fósseis, como o petróleo, são apenas alguns exemplos de destruição que atualmente abalam o meio ambiente. Isso afeta fortemente a natureza e a vida social da população (GRIECO, 2001, p. 124-125).

Outro fator que influencia a degradação do Meio Ambiente, e que é fruto desse crescimento, é o aumento populacional. Com esse aumento, há também um aumento no consumismo e na capacidade de produção de lixo, levando em consideração que o ser humano é o principal responsável pela poluição (BRAGA et al., 2002, p.218).

O aumento populacional faz com que haja menos áreas preservadas, pois as pessoas sem muitas condições de sobrevivência estão cada vez mais acabando com o meio ambiente, em busca de novas terras para construir suas moradias. Além disso, a produção de lixo das grandes cidades e periferias vem aumentando a cada dia, e o lixo produzido pelas mesmas é descartado de forma prejudicial ao meio ambiente, prejudicando assim a vida de animais que ali vivem, além da qualidade do ar e da preservação de recursos naturais.

A agressão e a destruição do meio ambiente são prejudiciais ao desenvolvimento do país, e esse assunto tem sido de extrema importância para os debates e propostas de governos.

Os danos causados no meio ambiente, que é a principal fonte de recursos naturais para o país, serão abordados de forma mais profunda no capítulo seguinte.

3. AS CONSEQUÊNCIAS DO PONTO DE VISTA DA SUSTENTABILIDADE

Nos últimos tempos, devido ao grande avanço tecnológico, que pode ser considerado uma das causas de sérios prejuízos ao meio ambiente, vê-se a necessidade de focar e aprofundar os estudos de forma mais intensa no meio ambiente.

Alguns autores especificados nessa área do crescimento econômico, como Furtado (1974), já previam tais danos ambientais. Furtado (1974), mesmo enfatizando mais os danos sociais, já apresentava problemas que hoje são comuns nos países em crescimento, tendo em vista que na década de 70 o meio ambiente não era o principal alvo das consequências do crescimento econômico.

Considerando que o Meio Ambiente é o que mais sofre atualmente com tais consequências, torna-se um caso de emergência focar as atenções para uma redução desses problemas.

O aumento da população e a utilização de tecnologias e recursos técnicos aperfeiçoados interferem na natureza. Tal interferência causa um desequilíbrio ecológico que é prejudicial para a vida de todos, isso porque há uma extrema ligação entre a parte social e a parte ambiental do país. (DORST, 1973, p.30)

É notável que o crescimento econômico esteja se tornando a cada dia um padrão de crescimento dos países que vêm se desenvolvendo ao ponto de se tornarem grandes potências econômicas. Com isso, os problemas causados por esse crescimento estão se tornando mais presentes e evidentes. As consequências sociais e ambientais se evidenciam gradualmente com avanço desses países.

Conforme foi mencionado, na obra de Furtado (1974) os impactos do crescimento econômico sobre o meio ambiente apresentados pelo autor ainda não eram de tamanha preocupação em relação ao estado em que se encontra o meio ambiente hoje. Naquela época os índices de poluição e destruição da natureza eram inferiores, por isso o autor citava mais sobre as consequências para o meio social do país do que para o meio ambiental. Apesar disso, Furtado já previa que o

crescimento econômico seria um grande problema para o meio ambiente, e que colocaria em risco a vida da natureza e dos seres que ali habitam.

Faz-se jus a necessidade de preservar e de se adquirir medidas que ajudem em uma melhor utilização de recursos ocasionando uma menor agressão ambiental. A ideia da sustentabilidade traz esses tópicos como fundamentos.

Ablas (1992, p.98) já enfocava a ideia de desenvolvimento sustentável:

Dentro desse contexto, há algum tempo vêm surgindo estudos que indicam a direção de uma revisão na forma de conceituar desenvolvimento a fim de incorporar uma visão mais ampla da sociedade humana. Nessa visão, a idéia de desenvolvimento sustentável vem merecendo grande destaque. Em uma primeira aproximação, essa idéia está relacionada à de riqueza constante, no sentido de que cada geração deve deixar à próxima pelo menos o mesmo nível de riqueza, considerada como disponibilidade de recursos naturais, de meio ambiente e de ativos produzidos.

O conceito de desenvolvimento sustentável aplica-se a necessidade de utilizar os recursos naturais e o Meio Ambiente de forma justa. Além disso, a ideia de sustentabilidade faz com que sejam utilizados os recursos de forma que não haja danos e desperdícios evitando assim futura escassez, e também, poupando a necessidade de importação destes recursos de países onde a devastação ainda é menor em relação a esses países, em que o crescimento econômico encontra-se em um estado mais avançado e acelerado.

Os recursos naturais nem sempre possuem valores considerados econômicos. São apenas componentes que compõem a biosfera, auxiliando num equilíbrio fundamental para a sobrevivência tanto das gerações atuais quanto das gerações futuras (VEIGA, 2003, p.66-67).

Ablas (1992, p.98) é enfático ao citar que os recursos naturais são uma riqueza e visando isso, vê-se a obrigação de zelar por esses bens, por isso o autor utiliza o termo “riqueza constante” para salientar a ideia de que esses recursos devem ser permanentes e duráveis. Com isso, todas as gerações devem ter a mesma possibilidade de acesso a esses recursos.

Dispor a possibilidade das gerações futuras usufruírem dos mesmos recursos presentes na sociedade de hoje é o principal foco da sustentabilidade. Garantir a

permanência desses recursos que são fundamentais para o desenvolvimento do país é a principal visão da medida sustentável.

O avanço da tecnologia trouxe para o mundo novas formas de produção e de conforto para as pessoas. O aumento do consumismo fez com as pessoas buscassem sempre adquirir novas formas de se satisfazerem e, para isso, houve a necessidade de se utilizar novas tecnologias para a produção desses bens e produtos almejados pela população. Estes processos de produção resultam na produção de detritos que muitas vezes são lançados de forma prejudicial no meio ambiente, como por exemplo, a poluição do ar.

Dorst (1973) expõe o saldo da poluição lançada no ar ocasionado pelas indústrias:

A terra e a água não foram os únicos ambientes envenenados pelo homem: o ar não escapou à poluição. Com efeito, as indústrias lançam na atmosfera uma quantidade insuspeita de gases e de detritos sólidos sob forma de finas partículas, capaz de permanecerem em suspensão e de passarem para as vias respiratórias do homem e dos animais, ou se depositarem depois de terem sido transportadas por vezes a distâncias consideráveis. (DORST, 1973, p.247)

A poluição parcial do ar origina problemas para a população, tais como as doenças respiratórias que estão presentes cada vez mais na vida das pessoas. Com a poluição do ar, o homem está colocando a saúde das pessoas em risco. Além disso, as taxas de ar considerado puro e saudável, fundamentais para a vida da população e da natureza, estão cada vez menores. Assim, com o passar dos anos essa quantidade de ar estará se esgotando cada vez mais e assim indo contra a ideia de um crescimento sustentável.

Os mares e oceanos também se encontram em estado de alerta: os resíduos lançados diretamente às águas dos mares e oceanos ou levados através de rios e outras formas de veiculação hídrica comprometem o ecossistema, isso porque provoca um desequilíbrio na quantidade de oxigênio produzida, causando sérios danos à sobrevivência do planeta (PINHEIRO, 1992, p.111-112)

Além do ar e das águas, que são vitais para a sobrevivência de todos os seres vivos, a terra também vem sofrendo com essas consequências. Com esse desequilíbrio

ecológico a natureza, principal fonte de recursos produtíveis, enfrenta processos de desflorestamento e extração intensa de seus recursos devido ao aumento na demanda do consumo de produtos e ao alto crescimento demográfico. (DORST, 1973, p.143)

Outros tipos de poluição vindos do descarte de resíduos de lixos e da emissão de produtos nocivos a saúde da população também têm afetado o meio ambiente. A poluição radioativa tem sido constante e os gases lançados na atmosfera através das indústrias e de produtos que possuem alguns elementos nocivos em sua composição têm afetado a atmosfera.

Desde a última guerra mundial, o homem descobriu um novo meio de poluir a terra inteira espalhando os produtos de fissões nucleares artificiais. Sem que se possam ainda avaliar exatamente as consequências dessa forma de impacto sobre a natureza, pode-se no entanto afirmar que, indubitavelmente, são enormes. Sem mencionar a possibilidade de um conflito atômico generalizado, que significaria incontestavelmente o fim da nossa espécie, a multiplicação das substâncias radioativas e a generalização, doravante inelutável, de sua utilização pacífica constituem uma séria ameaça para o homem, assim como para todos os seres vivos. (DORST, 1973, p.255)

A destruição de elementos fundamentais para um equilíbrio ecológico coloca em risco a sobrevivência da geração atual e também das gerações futuras. A emissão de gases nocivos à camada de ozônio atinge altos índices na atualidade, devido ao consumo de produtos que possuem parte desses gases na sua fabricação.

Estudos mostram que um novo problema denominado efeito estufa tem causado preocupação em órgãos ambientais devido ao enorme desastre que tal fenômeno pode provocar no planeta.

O efeito estufa foi denominado com essa nomenclatura devido à semelhança com uma estufa, onde o calor emitido pela superfície fica preso devido a uma barreira que impede com que as ondas de calor se propaguem, causando assim um superaquecimento, mantendo o seu interior, no caso, a terra, mais quente.

A atmosfera da Terra é constituída de gases que permitem a passagem da radiação solar de ondas curtas e que absorvem grande parte do calor, isto é, das radiações infravermelhas, emitidas pela superfície aquecida da Terra.

Já a radiação terrestre, de ondas longas, é absorvida por materiais que tornam a irradiá-la de volta à Terra. (MANO, 2001, p.44)

Alguns gases, como o gás carbônico (CO₂), encontrado na queima dos combustíveis fósseis (como o diesel e o carvão) e liberado no processo de respiração dos seres humanos, funcionam como uma espécie de bloqueio na atmosfera, não permitindo a saída dessas ondas de calor.

Em 1997, enviados das nações se reuniram na cidade de Kyoto, no Japão, para uma conferência que resultou na elaboração de um acordo global, que passou a ser conhecido como Protocolo de Kyoto. Esse foi o instrumento para implementar a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. O objetivo do acordo era a redução das emissões dos gases que provocam o efeito estufa. O protocolo prevê uma redução global de emissões dos principais gases poluentes, por meio de cotas de emissão de carbono. A redução seria feita apenas por países industrializados e, para que esse documento tivesse valor legal, precisaria ter a concordância dos países envolvidos. Os governos assumiriam diferentes metas percentuais, dentro da meta global estipulada, que permitiriam diminuir suas emissões tanto em nível doméstico quanto por “mecanismos flexíveis”, como o comércio de emissões. (MANO, 2005, p.95)

O chamado Protocolo de Kyoto é um projeto de medida que visa a conscientização e a redução da produção desses gases que influencia no aumento desse fenômeno que provoca um desequilíbrio ambiental no planeta. Essa medida sustentável não irá fazer com que as indústrias e os outros meios de produção deixem de produzir e liberar esses elementos nocivos, e sim fazer com que haja um uso consciente para que evitar danos presentes e principalmente danos futuros.

O desenvolvimento sustentável seria atingido pela retomada do crescimento e melhor distribuição de seus benefícios e pela racionalização do uso de energia; o atendimento das necessidades básicas das populações, pela estabilização dos níveis demográficos; a conservação da base de recursos, a reorientação da tecnologia no sentido da redução de seu impacto ecológico e a incorporação de critérios ambientais nas decisões econômicas (CIMA, 1991, p. 182).

No relatório da Comissão Interministerial brasileira para a Conferência do Rio de Janeiro, publicado em dezembro de 1991, foi mostrado que a sustentabilidade está ligada a conscientização e a racionalização, ou seja, utilizar os recursos de forma

correta para que no futuro o impacto sobre os mesmos tenha uma intensidade inferior.

Rattner (1992, p.65) é enfático ao apresentar que o consumismo desenfreado, além de ser um grande rival da sustentabilidade, traz consequência também para o meio ambiente:

Pressentimos que o estilo de vida, surgido na Europa Ocidental a partir do século XVIII e difundido pelo mundo afora – o consumismo desenfreado-, não tem futuro. Materiais e insumos essenciais para sua continuidade (por exemplo, aço, alumínio, petróleo, energia nuclear etc.) são cada vez mais escassos enquanto seus produtos residuais envenenam progressivamente o meio ambiente.

Com o aumento do consumo, a demanda das indústrias tende a se elevar, ocasionando um aumento na produção. Esse aumento requer uma exploração maior dos recursos naturais, havendo assim um desgaste na quantidade desses recursos. Além disso, a quantidade de lixo e resíduos que essas indústrias produzem está cada vez maior.

Particularmente, após o início da era industrial, o homem tem lançado seus subprodutos indistintamente na natureza, modificando suas características naturais e criando ambientes artificiais no qual algumas espécies de seres vivos não conseguem sobreviver. (PINHEIRO, 1992, p.136)

Muitas dessas grandes indústrias descartam esses resíduos e lixos na natureza, de forma que prejudica totalmente o meio ambiente. Com isso, há uma grande interferência na forma de sobrevivência e no habitat de muitos animais e seres que vivem na natureza, prejudicando, assim, o equilíbrio ecológico. De certa forma, o desequilíbrio ecológico afeta na preservação dos recursos naturais, ocasionando assim até mesmo a escassez desses recursos.

A ausência da responsabilidade social está presente em grandes empresas que produzem esses produtos que são diariamente consumidos em grande escala pela população. Com o aumento da demanda desses produtos, cresce cada vez mais a produção de lixo e dos resíduos que prejudicam o meio ambiente.

Outro fator que leva à exploração descontrolada dos recursos presentes na natureza é a pobreza. “Muitas vezes, elas dependem diretamente dos recursos naturais para satisfazer suas necessidades básicas, através da produção agrícola, da pesca e da coleta de recursos como água, lenha e plantas silvestres para consumo e medicamento.” (WIGGINS, 2009, p.8) A falta de acesso às informações sobre a questão da sustentabilidade leva essas pessoas a explorarem de forma inconsciente esses recursos, satisfazendo o presente sem pensar no futuro.

Devido a isso, há uma preocupação com a falta de acesso de grande parte da população que, de certa forma, agride o meio ambiente de forma mais constante do que as demais partes da população: “Isso implica a necessidade de se multiplicarem as práticas sociais baseadas no fortalecimento do direito ao acesso à informação e à educação ambiental em uma perspectiva integradora.”(JACOBI, 2003,p.190)

Leva-se em consideração que a ideia do desenvolvimento sustentável é interpretada fundamentalmente como satisfazer as necessidades das gerações atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de se manterem e satisfazerem as suas necessidades. Devido a isso, toma-se como princípio o bom uso desses recursos, visando também a possibilidade de uso futuro. (GUIMARÃES, 2001, p. 55).

A preocupação com o meio ambiente é de tamanha importância devido ao fato de que a exploração dos recursos provindos do meio ambiente é necessidade de todos os seres vivos e deve proporcionar uma qualidade de vida considerada positiva para todos. Sobre a relação do meio ambiente e a sustentabilidade, afirma-se:

Sendo o Ambiente fundamental para a vida é natural que estes aspectos tenham dominado a discussão inicial em volta da sustentabilidade. Até porque é contemporânea das primeiras percepções de risco ambiental e ameaças à vida no planeta. (REDE NACIONAL DO CONSUMO RESPONSÁVEL, 2008, s.p.)

Há uma relação de extrema seriedade entre o meio ambiente e o desenvolvimento dos países que se encontram em fase de crescimento. As principais preocupações do pensamento sustentável estão focadas na preocupação com a vida da

população, a utilização consciente dos recursos naturais para com as futuras gerações e a descarga de substâncias prejudiciais ao meio ambiente.

Parte do processo da sustentabilidade deve ser fundamentada na conscientização e na educação ambiental. Faz-se necessário enfatizar aos países a necessidade da conscientização sobre a maneira que o meio ambiente tem sido utilizado e a importância de garantir uma melhoria na forma de usufruir os recursos.

Capra (1999) cita em sua obra que se deve aplicar ao modo de vida da população modos que visam a sustentabilidade:

Reconectar-se com a teia da vida significa construir, nutrir e educar comunidades sustentáveis, nas quais podemos satisfazer nossas aspirações e nossas necessidades sem diminuir as chances das gerações futuras. Para realizar esta tarefa precisamos compreender estudos de ecossistemas, compreender os princípios básicos da ecologia, ser ecologicamente alfabetizado ou “eco-alfabetizado” (Orr apud Capra, 1999).

Capra (1999) utiliza a expressão “eco alfabetizado” para designar uma forma de estar ambientalmente correto, utilizando os recursos com consciência: utilizar o que for necessário, sem prejudicar o meio ambiente no presente e evitando escassez futura. A metáfora “teia da vida” utilizada por Capra (1999) diz respeito ao fato de que há um elo entre o homem e a natureza, ambas as partes estão inclusas em um mesmo universo.

O termo educação ambiental foi definido na Conferência de Tbilisi, em 1977 como “um processo permanente, no qual o indivíduo e a comunidade passam a ter conhecimento do meio ambiente, de forma a torná-los aptos a agir, individual ou coletivamente, e a resolver problemas ambientais.” (MANO, 2005, p.93) Um indivíduo educado ambientalmente é capaz de enxergar os danos causados ao meio ambiente e tem a conscientização de reduzir o volume de atividades que podem estar causando um aumento nesses danos.

Ainda sobre a educação ambiental, Jacobi (2003) enfatiza:

As questões que o ambientalismo suscita estão hoje muito associadas às necessidades de constituição de uma cidadania para os desiguais, à ênfase dos direitos sociais, ao impacto da degradação das condições de vida

decorrentes da degradação socioambiental, notadamente nos grandes centros urbanos, e à necessidade de ampliar a assimilação, pela sociedade, do reforço a práticas centradas na sustentabilidade por meio da educação ambiental.

Jacobi apresenta a ideia de que a preocupação com o meio ambiente tem ligação com a população, está diretamente relacionada com a qualidade de vida das pessoas que habitam esses países que vêm crescendo nos últimos tempos. A educação ambiental deve ser propagada à toda a população para que haja conhecimento de todas as partes.

Tal preocupação já vem sendo debatida desde as décadas de 50 e 60, como citado na obra de BRUNACCI e PHILIPPI Jr.(2005):

Tal ênfase na defesa do meio ambiente humano, perante a questão ambiental do modelo de desenvolvimento de cunho predatório, foi resultado de um despertar da consciência ecológica em nível global, que buscou ir além das questões de âmbito local ou regional, as quais, nas décadas de 1950 e de 1960, já incomodavam as agências estatais de controle ambiental das nações industrializadas e incrementavam as atividades dos movimentos ambientalistas.

A necessidade de se ter um foco nas condições em que o meio ambiente se encontra após esses processos de industrialização provindos do crescimento desses países, não é uma preocupação dos últimos anos. Desde que os primeiros países começaram a se desenvolver e surgiram as primeiras consequências do tal crescimento, vê-se a importância da conscientização socioambiental.

A sustentabilidade é um processo de crescimento que consegue inserir o meio ambiente, que é fundamental para um crescimento sadio do país, nas vontades políticas; ou seja, a sustentabilidade é capaz de conciliar o crescimento econômico com o bem estar do país. (VEIGA, 2006, p.87)

Veiga ainda cita em sua obra que o pensamento sustentável está ligado com a ética:

Sendo uma questão primordialmente ética, só se pode louvar o fato de a ideia de sustentabilidade ter adquirido tanta importância nos últimos vinte anos, mesmo que ela não possa ser entendida como um conceito científico. A sustentabilidade não é, e nunca será, uma noção de natureza precisa,

discreta, analítica, ou aritmética, como qualquer positivista gostaria que fosse. (VEIGA, 2006, p.89)

Para ele, as medidas sustentáveis nada mais são do que medidas que influenciam no modo de vida da população, assim como a democracia que está no âmbito social dos países e que independe de métodos e regras. Não há uma forma exata de se aplicar medidas sustentáveis, ou seja, não existe uma maneira padrão de aplicar tais medidas, pois isso depende da conscientização da população, e sucessivamente coletiva.

Jacobi (2003) enfatiza:

[...] é preciso fortalecer a importância de garantir padrões ambientais adequados e estimular uma crescente consciência ambiental, centrada no exercício da cidadania e na reformulação de valores éticos e morais, individuais e coletivos, numa perspectiva orientada para o desenvolvimento sustentável. (JACOBI, 2003, p.200)

A importância de se propagar as medidas que auxiliam no equilíbrio entre o homem e o meio ambiente são fundamentais. O autor apresenta a ideia de que a consciência ambiental está embutida de diversos valores como a cidadania, a ética e valores morais da população.

Os problemas que são causados no meio ambiente devido ao crescimento que esses países vêm apresentando não é algo mencionado apenas pelos autores dos últimos tempos. Esses danos eram previstos por grandes escritores como Furtado (1975) e Dorst (1973), só que com uma menor preocupação, levando-se em consideração que na década de 70 os processos de industrialização e a adesão de novas tecnologias eram ainda menores do que nos tempos atuais.

Veiga indaga algumas questões que só ainda podem ser evitadas com o auxílio do crescimento sustentável. Tais indagações como: “O crescimento econômico contínuo trará cada vez mais danos ao ambiente da Terra? Os aumentos da renda e da riqueza lançam sementes de uma melhora dos problemas ecológicos?” (VEIGA, 2006, p.51) Essas e outras questões são temas a serem debatidos e enfrentados com tamanha urgência, além da tomada de medidas que auxiliem na garantia de um futuro digno e saudável.

No entanto, esse paradigma é muitas vezes deixado de lado pelos governos por demonstrarem menor preocupação em relação à esses problemas causados pelo crescimento do que ao status do país.

A vontade política para formular novos padrões de desenvolvimento, voltados para o atendimento das necessidades básicas da população e para o uso racional dos recursos ambientais, não parece estar na agenda de prioridades das lideranças políticas, que só pensam em estabilidade macroeconômica e competitividade. (JARA, 1998, p.17-18)

Furtado (1973) já apresentava que a preocupação dos governos estava mais ligada a termos abstratos do que a termos primordiais e preocupantes. Enquanto a meta dos países ainda for manter-se estavelmente entre as grandes potências econômicas ao invés de estar direcionada aos problemas internos do país, o desenvolvimento saudável torna-se algo teoricamente impossível.

Desde a revolução industrial na Europa, no século XIX, as atividades econômicas humanas têm consumido recursos mais rapidamente do que a Terra tem conseguido reabastecê-los, causando danos aos ecossistemas, diminuição da biodiversidade e mudança climática. O desejo contínuo de se tornarem mais ricas e consumirem mais fez com que as pessoas usassem o meio ambiente para o seu próprio benefício, sem pensar nos efeitos negativos. (WIGGINS, 2009, p.7)

Esse desejo contínuo mencionado por Wiggins que provoca uma utilização do meio ambiente sem pensar nas consequências desse uso, traz efeitos denominados colaterais: o excesso no cultivo das terras provoca uma perda grande de nutrientes, a água dos mares e oceanos está se tornando escassas devido a alta demanda da mesma, a poluição das indústrias que influenciam até mesmo no aquecimento global, etc.

Tais exemplos de efeitos colaterais citados na obra de Wiggins são realidades dos países em fase de crescimento. A necessidade de sobrevivência da população impulsiona de forma intensa o surgimento constante desses problemas.

Jacobi (2003, p.195) enfatiza que o desenvolvimento deve se direcionar para a solução de déficits sociais, ou seja, fixar-se na superação dos problemas relacionados ao modo de vida da população. Entretanto, os prejuízos causados no

meio ambiente influenciam diretamente no âmbito social, tendo em vista que o meio ambiente está diretamente relacionado com a população.

Nos países que hoje em dia vêm apresentando um crescimento mais acelerado, como Brasil, China, Rússia e Índia (conhecidos no mundo econômico como BRICs) esses problemas são notáveis.

Os problemas causados nesses países serão abordados de forma mais específica no capítulo a seguir.

4. A SUSTENTABILIDADE NOS PAÍSES DO BRICS

As grandes oscilações e as crises que afetam o mundo econômico na atualidade provocam mudanças internas nos países, dentre elas o avanço na economia. Esse crescimento econômico, como já mencionado, é mensurado através do crescimento no PIB (Produto Interno Bruto), e está cada vez mais frequente nos países considerados desenvolvidos ou em fase de desenvolvimento. Pode-se dar ênfase em alguns países que vêm se destacando no que diz respeito ao crescimento econômico, tais como Brasil, China, Índia e Rússia, conhecidos como BRICs.

O termo BRICs não é um termo técnico e muito menos representa um bloco econômico, é apenas uma forma de abreviar tais países (Brasil, Rússia, Índia e China) que mais se destacaram nos últimos anos em relação ao resto do mundo. Esses países são de grande importância para o mercado internacional, tendo em vista que as suas economias contribuem para o andamento do mercado externo.

O crescimento desses países já tem sido notado há certo tempo. Cerca de uma década atrás, Oliveira (2002) publicou uma obra apresentando o crescimento acelerado da China, que hoje é considerada a grande potência econômica mundial, ultrapassando até mesmo os Estados Unidos.

A economia chinesa tem se alavancado devido ao avanço do setor agrícola e industrial, que têm se tornado os principais setores econômicos da China. Esse fato está relacionado ao grande investimento em novas tecnologias que auxiliam no desenvolvimento de novos equipamentos e suprimentos, dentre outras tecnologias.

Concomitantemente à elevação das tecnologias chinesas, a depreciação do espaço natural é um fator inevitável e consequência dessa evolução.

Pinheiro (1992) menciona em sua obra o resultado da utilização de altas tecnologias, presentes, constantemente, nos países desenvolvidos:

Os problemas decorrentes do uso de tecnologias incompatíveis com a saúde ambiental e o uso indiscriminado de recursos naturais pelo homem há muito tempo estão tornando a vida dos seres vivos na Terra de difícil sustentação. Várias espécies de animais e vegetais sofrem o risco de

extinção por não conseguirem satisfazer suas necessidades básicas de nutrição, proteção e reprodução. (PINHEIRO, 1992, p.143)

Tais danos ocasionados pelas tecnologias afetam diretamente o meio ambiente. Os desastres ecológicos e depredação da natureza estão se tornando parte do cotidiano dos países, e, juntamente com a falta de instrução sobre a educação ambiental, aumentam as chances de extinção de grande parte dos recursos naturais e do meio ambiente em si.

Retomando o contexto de Furtado (1974), onde o autor menciona que o crescimento e o desenvolvimento nada mais é que uma enganação, deve-se levar em consideração que o crescimento, quando apresentado de forma acelerada, pode influenciar negativamente no espaço do país ocasionando uma regressão.

Hirst (1998) apresenta as consequências no atraso do país devido ao desenvolvimento acelerado em alguns países:

O desenvolvimento rápido em alguns setores e regiões pode ser acompanhado de um relativo atraso e até mesmo de uma regressão em outras regiões e setores. Ninguém tem que ser Lenin para ver isto. Por exemplo, o rápido crescimento na América Latina, nas décadas de 60 e 70, foi acompanhado por dois processos que ajudaram a reproduzir o atraso. Em primeiro lugar, houve a exclusão e a marginalização de uma grande parte da economia rural, seguidas do declínio relativo ou da queda nas rendas dos pobres rurais e do campesinato. Em segundo lugar, isto promoveu uma fuga da terra e a migração do pobre rural para áreas urbanas, produzindo uma classe desempregada e subempregada de moradores em favelas, que ajuda a manter as rendas urbanas baixas e atrasar o crescimento em todos os setores, exceto nos mais avançados, devido aos efeitos colaterais da pobreza da massa urbana, O Brasil é um exemplo óbvio dos dois processos. (HIRST, 1998, p.162)

O Brasil vem passando atualmente por esses processos citados por Hirst (1998). O país tem apresentado um grande nível de crescimento devido às atividades agrícolas que movem a sua economia.

Apesar de o setor agrícola ser uma das grandes fontes de renda e possuir a capacidade de influenciar no crescimento dos países do BRICs, as indústrias ocupam um grande posto na geração do PIB e estão cada vez mais presentes nos países desenvolvidos e/ou em fase de crescimento. Com isso, a emissão dos poluentes, tanto pelo ar, águas ou até mesmo nas áreas de preservação, é

praticamente inevitável. A poluição do ar representa grande parte dos índices de poluição na atualidade, devido à quantidade de poluentes emitidos na atmosfera pela constante queima de combustíveis.

Para Wiggins (2009), a redução da emissão de poluentes na atmosfera é uma das medidas que podem auxiliar no desenvolvimento sustentável e saudável.

Reduzir as emissões de gases de efeito estufa para que a mudança climática não avance ainda mais. Isto, às vezes, se chama **mitigação** e consiste em cortar as emissões dos países ricos e dos países em rápido desenvolvimento, como a China, a Índia e o Brasil, e ajudar os países pobres a se desenvolverem de forma sustentável, sem altas emissões de gases de efeito estufa. (WIGGINS, 2009, p.17)

Atitudes conscientes tomadas pelos governos dos Estados contribuem positivamente não só para o próprio país, mas sim para o resto do mundo. O ar atmosférico é fundamental e de extrema importância para a sobrevivência de todos os seres vivos do planeta.

Os países emergentes apresentam um desequilíbrio em suas estruturas. Le Prestre (2000) cita as fontes responsáveis por esse desequilíbrio interno:

Este desequilíbrio teria três fontes: (i) a diminuição da quantidade de recursos disponível, que pode ser atribuída à sua degradação – desmatamentos, degradação dos solos, pesca excessiva; (ii) aumento da demanda, principalmente em razão do crescimento demográfico, mas também passível de ocorrer por motivo de mudanças de hábitos de consumo, decorrentes do aumento das rendas, como na China; (iii) distribuição desigual dos recursos cujo acesso é limitado a certos grupos – através do regime fundiário, por exemplo. (LE PRESTRE, 2000, p.429)

Pode-se dizer que esse desequilíbrio faz parte de um ciclo: o país começa a crescer economicamente, e ao mesmo tempo traz consequências que interferem de forma negativa, tanto internamente quanto externamente, ocasionando um desequilíbrio.

Os países que compõem o BRIC apresentam esse desequilíbrio. No Brasil, por exemplo, a má distribuição de rendas atinge níveis elevados que levam à pobreza abjeta. A China, com o passar dos anos vem se tornando a maior potência

econômica mundial, entretanto, não apresenta as condições de vida mais favoráveis à sua população.

A Rússia é o maior país em extensão, mas não apresenta a maior demografia. Apesar disso, o crescimento demográfico, como consequência do crescimento acelerado, já é previsto para esses países emergentes. A busca por melhores condições de vida faz com que as pessoas migrem para as grandes potências a fim de suprir as suas necessidades. Porém, essa busca faz apenas com que o crescimento demográfico esteja atingindo níveis considerados elevados.

Hogan (2000, p.27) cita alguns problemas procedentes do grande avanço da demografia, tais como a grande exploração de recursos, que leva a escassez dos mesmos; além da vasta regressão do país.

A emergência da questão ambiental no plano internacional ocorreu paralela à evolução desse pensamento. A degradação e a escassez de recursos naturais, hoje identificadas como consequências do crescimento demográfico rápido em países em desenvolvimento, seriam manifestadas antes em países de crescimento lento. (HOGAN, 2000, p.27)

O autor fundamenta a ideia de que os problemas ambientais, tais como a falta de recursos e a destruição do meio ambiente, hoje estão presentes em países que apresentam um desenvolvimento considerado elevado em relação aos países menos desenvolvidos. Resultado do aumento das tecnologias, o atraso no desenvolvimento considerado saudável, no qual seria onde há um crescimento harmônico entre o homem e o meio ambiente, está se intensificando mais nos países desenvolvidos do que nos países de baixo desenvolvimento. Para Hogan (2000), a situação que seria mais comum se reverteu devido a esses avanços.

Todo este regresso do grande desenvolvimento econômico foi percebido e discutido por Singer (1983, p.155):

[...] o aumento do consumo não traz consigo um aumento de satisfação das pessoas que o usufruem. É possível verificar até que muitos tentam compensar (ou esquecer) sua infelicidade “existencial” exagerando no consumo de alimento, bebidas ou bugingangas Daí propostas de deter o desenvolvimento, mantendo a economia em “crescimento zero” e em seu

lugar cultivar outros valores, como a volta à natureza, a vida em pequenas comunidades etc. Estas são propostas que somente têm sentido para países ricos, nos quais a grande maioria dos habitantes já tem suas necessidades materiais básicas amplamente satisfeitas. Elas não têm sentido para países pobres, não-desenvolvidos, nos quais a maior parte da população ainda carece de bens e serviços de consumo essenciais.

Singer (1983) defende a ideia de que os verdadeiros valores de um país muitas vezes são esquecidos, pois o foco do crescimento está na estrutura econômica e isso faz com que o meio ambiente e a população, que são fundamentais para a estruturação do país, sejam esquecidos ou deixados de lado. Assim como já citado por Jara (1998), os governos se importam mais com o status do país do que com o todo, dão mais ênfase à economia em si do que aos outros componentes que formam o país. Apesar disso, os governos não são os únicos que, de certa forma, ignoram outros integrantes do Estado. Com a elevação do consumismo, a população aumenta o grau de consumo pensando apenas em suprir as necessidades próprias sem pensar em fatores sociais, como a pobreza e a má distribuição de renda, e em fatores ambientais, como a poluição.

Convém acrescentar que em países incompletamente desenvolvidos, como o Brasil, os problemas do “consumismo” já se fazem sentir nas camadas economicamente privilegiadas, que compõem a chamada “classe média”. Por isso fazem sentido propostas de impedir o crescimento do consumo *destas* camadas, de modo a se poder elevar o padrão de vida do restante da população. Nestes países, a crítica ao consumismo leva por isso à bandeira do desenvolvimento com redistribuição da renda. (SINGER, 1983, p.156)

Singer (1983) vê a redistribuição de rendas como uma medida de tentar amenizar o alto nível de consumismo. Faz-se necessário lembrar que, com o consumismo crescendo demasiadamente, a produção de lixo e resíduos nocivos ao meio ambiente tende a se elevar gradualmente.

O aumento da capacidade de aquisição de um país faz com que o consumismo se eleve gradualmente, isso porque a globalização traz novos produtos que despertam o desejo e o anseio da população em consumir.

A falta de conhecimento em relação ao meio ambiente ainda é o grande problema da população:

Falar de lixo é tão etéreo quanto falar de água encanada. As pessoas não têm consciência de como ela vem ou para onde vai. Com a sujeira, a única vontade é que desapareça o mais rápido possível para longe dos olhos. Esse é um sentimento natural. (http://veja.abril.com.br/170399/p_060.html)

Lima (1999) mostra a despreocupação dos indivíduos com o descarte do lixo produzido pelos mesmos. A educação ambiental interfere diretamente nessa falha, reeducando as pessoas com medidas sustentáveis. Há mais de uma década atrás, o Brasil já se encontrava dentre os países que mais produzem lixo domiciliar. Para Lima (1999), quanto maior a economia do país, mais elevados serão os índices de consumo e de aquisições, e, conseqüentemente, maiores os volumes de lixos produzidos pelos mesmos.

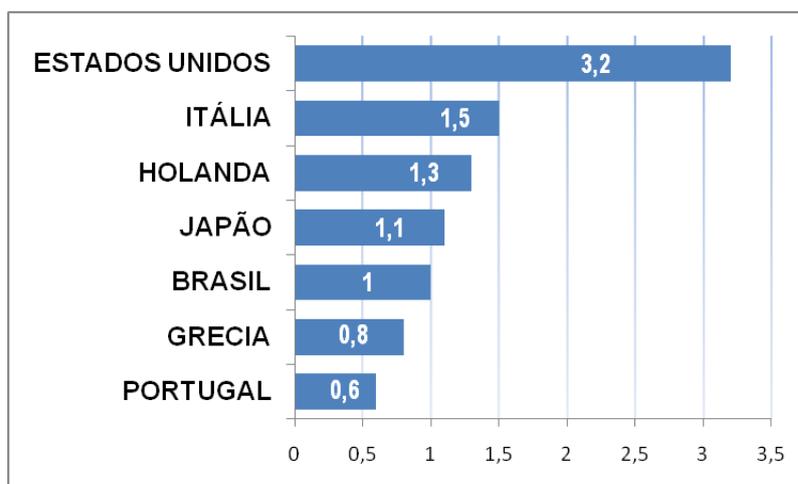


Figura 1- Quanto mais rico, mais sujeira.

Fonte: LIMA, Maurício. Um bebê = 25 toneladas de lixo. Veja, ed.1589, março, 1999, p.60.

O gráfico acima (Figura 1) apresenta os Estados Unidos como o maior produtor de lixo domiciliar com uma diferença superior a 100% em relação à Itália, o segundo país poluidor. No final dos anos 90, a China não possuía uma economia totalmente consolidada, por essa razão não consta neste gráfico.

Com o avanço das tecnologias e as grandes modernizações surgem novas modalidades de problemas frutos dessas mudanças. O lixo eletrônico tem surgido em todos os países que estão se desenvolvendo e se modernizando tecnologicamente. O anseio em buscar inovações e estar sempre integrado com todos os processos do avanço tecnológico faz com os países estejam sempre renovando os seus maquinários e tecnologias. O descarte dos bens considerados ultrapassados, em grande parte, é feito de forma prejudicial ao meio ambiente; isso porque algumas medidas sustentáveis, como a reciclagem, não foram aplicadas.

O dejetos gerado pela evolução da informática e dos meios de comunicação, não se resume apenas aquele virtual, que seriam os spams e as páginas que trazem informações conflitantes, existe também o lixo físico, que pode ser desde baterias inutilizadas de celulares e notebooks, até grandes computadores e máquinas que se tornam obsoletas com uma rapidez exponencial. Esse descarte de equipamentos que traz grande prejuízo a natureza, também pode representar novas oportunidades, de negócio e aprendizado. (FILHO, Edner Dreer et all. **Lixo Eletrônico**. Sociedade Paranaense de Ensino e Informática - Faculdades SPEI. Disponível em <http://www.edvar.pro.br/aulas/artigos/Lixo_Eletronico.pdf> Acesso em 14 abr. 2011.)

O lixo eletrônico vem se tornando comum e frequente no cotidiano mundial. A quantidade de resíduos eletrônicos que são descartados diariamente é enorme e o reaproveitamento dos mesmos ainda é precário. A reciclagem está adquirindo espaço no cotidiano das pessoas e visa reaproveitar o que antes era considerado descartado.

A reciclagem é o resultado de diversas atividades, como coleta, separação e processamento, através das quais materiais aparentemente sem valor servem como matéria-prima na manufatura de bens, anteriormente feitos com matéria-prima virgem. Ocorre quando a recuperação dos resíduos for técnica e economicamente viável e higienicamente utilizável, e quando as características do material forem respeitadas. (MANO, 2002, p.135)

A figura abaixo apresenta os índices de lixo eletrônico produzido pelos países que mais descartaram esse material durante os anos de 2005 e 2006.

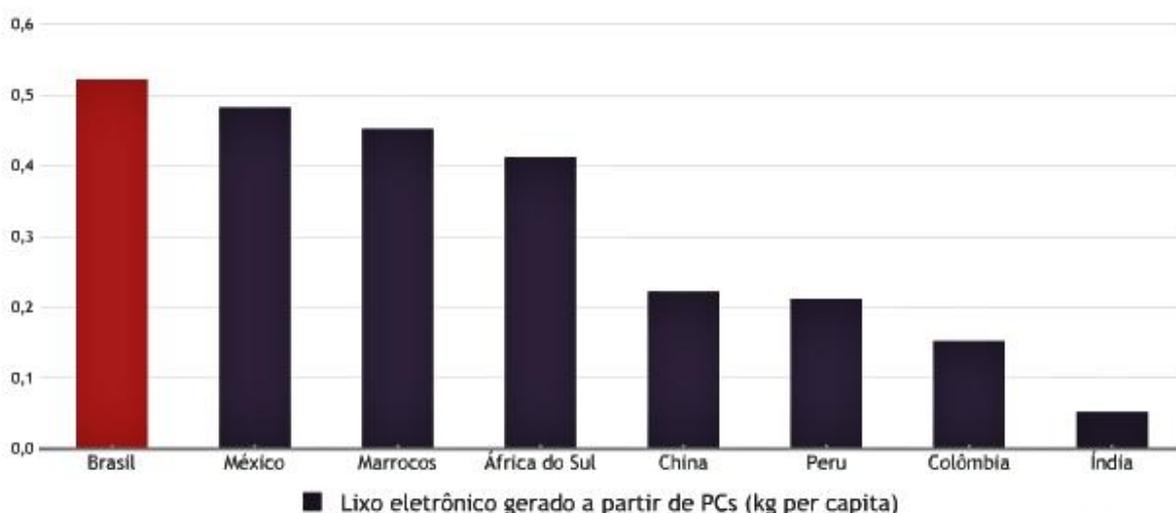


Figura 2 - Lixo eletrônico entre emergentes.

Fonte: CHADE, Jamil. Brasil é o campeão do lixo eletrônico entre emergentes.

A reciclagem destes resíduos ainda é precária no mundo todo. O desenvolvimento de medidas que visam a sustentabilidade ainda deve ser estudado e futuramente implantado pelos governos de forma com que haja um maior aproveitamento de materiais que podem ser reutilizados, evitando uma nova exploração de recursos.

Outra preocupação em relação à poluição, está relacionada à poluição do ar. Assim como qualquer país em fase de desenvolvimento, os BRICs têm avançado tecnologicamente e a liberação de substâncias nocivas à saúde da população e ao meio ambiente está cada vez mais frequentes. Dentre estas substâncias deve-se destacar o Dióxido de Carbono (CO_2) que nos últimos anos tem sido tema de grandes debates entre as grandes potências mundiais devido aos riscos que o grande número de emissões deste gás pode trazer ao planeta.

Os países do BRIC estão entre os grandes emissores de CO_2 . Desde a década de 80 até os anos 2000, os Estados Unidos era um dos principais emissores deste gás que tem se tornado um grande vilão da humanidade nos últimos tempos. Porém, o grande avanço das tecnologias e o crescimento econômico em ritmo acelerado fizeram com que a China ultrapassasse os Estados Unidos e se tornasse o maior emissor de CO_2 , levando em consideração o setor de energia como principal fonte.

A figura abaixo apresenta a quantidade de emissão de CO₂ de alguns dos principais países do mundo no ano de 2007.

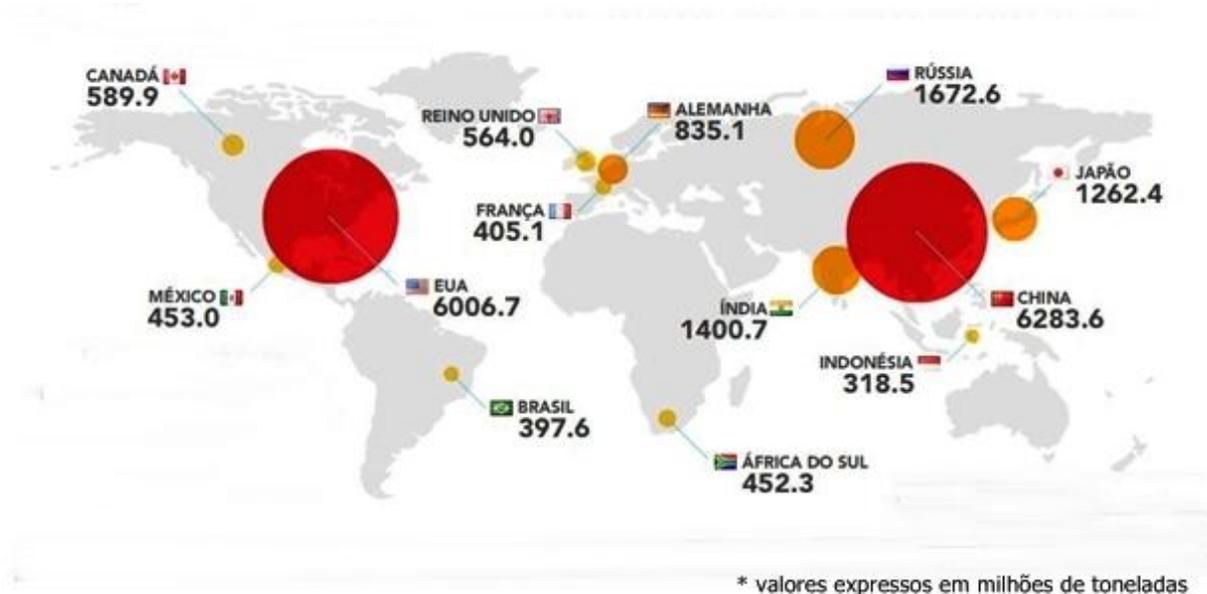


Figura 3 - A emissão de CO₂.

Fonte: 16ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP16). In: Emissão de CO₂

Como se pode notar na Figura 3, todos os países do BRIC estão dentre os grandes emissores de CO₂ na atmosfera. Deve-se levar em consideração que a China atingiu níveis absurdos, se comparado com os anos de 1980 e 1990. Este fato comprova que o avanço da China como grande potência mundial fez com que os índices de poluição no país aumentassem de forma considerada elevada em relação ao resto do mundo.

Todos os problemas causados em relação ao crescimento econômico vêm devido ao fato de se deixar como segundo plano os princípios do crescimento saudável de um país.

[...] O desenvolvimento tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem as suas escolhas. [...] essa é uma idéia tão política quanto econômica. Vai desde a proteção dos direitos humanos até o aprofundamento da democracia (VEIGA, 2005, p. 801).

Para Veiga (2005), o desenvolvimento deve garantir o bem estar do país como um todo, levando em consideração a qualidade de vida das pessoas e a possibilidade de conseguirem extrair os recursos naturais essenciais para a sua sobrevivência.

O foco do crescimento econômico deve estar no crescimento considerado saudável e, se necessário aderir medidas sustentáveis.

Dimenstein (1994) já citava os problemas relacionados à globalização, levando em consideração que há cerca de duas décadas atrás o Brasil estava em um processo de crescimento relativamente inferior ao estado em que se encontra atualmente. Esses problemas afetam diretamente no aspecto social do país e sucessivamente em outros aspectos, tais como o ambiental.

O Brasil voltou a crescer. Mesmo assim, as taxas inferiores ao necessário para absorver a mão-de-obra. Com a globalização que, na prática, significa maiores facilidades de importar produtos, aumentou a competição e o risco de desemprego. [...] Junto com a globalização, vem o impacto das novas tecnologias. Máquinas substituem homens, gerando desemprego. Cada vez menos gente, por exemplo, trabalha nos bancos porque, como você vê pela rua, existem caixas automáticos. [...] A tecnologia também cria empregos, ao abrir vagas em novas funções até então inexistentes. Mas muitos trabalhadores não conseguem se reciclar e ficam marginalizados, já que sem estudo não podem dominar as novas tecnologias. (DIMENSTEIN, 1994, p.117)

Concomitante ao fato de a tecnologia trazer ao país uma elevação nos índices de desenvolvimento, deve-se levar em consideração o aumento nas taxas de desemprego, isso porque a modernização de serviços faz com que a troca de mão de obra humana seja constante em diversas áreas. A redução de atividades feitas por pessoas é cada vez mais comum nas grandes indústrias, onde hoje, uma máquina é capaz de produzir uma demanda que necessitaria de muitos operários para produzi-la.

Outro ponto fundamental do avanço tecnológico e dos resultados destes processos de produção que se deve levar em consideração, é a grande influência destes na poluição. Mano (2005, p.43) considera as embalagens descartáveis um grande problema para o planeta, pois a falta de consciência e conhecimento sobre a sustentabilidade faz com que toneladas destas embalagens sejam descartadas de forma prejudicial em todo o planeta. Isso ocorre principalmente nas cidades onde há

densas aglomerações humanas, tais como Bombaim (Índia), São Paulo (Brasil), Xangai (China) e Nova York (Estados Unidos). Os países do BRIC possuem cidades que apresentam uma demografia numerosa e isso pode levá-las a serem consideradas auxiliadoras no processo de poluição.

Mesmo com o crescimento e as tentativas de aplicação da educação ambiental, a poluição ambiental ainda é um grande desafio a ser enfrentado. Conceitua-se a poluição como “toda alteração das propriedades naturais do meio ambiente que seja prejudicial à saúde, à segurança ou ao bem-estar da população sujeita aos seus efeitos, causada por agente de qualquer espécie” (MANO, 2005, p.41).

Para que o pensamento sustentável possa enfim se concretizar, as sociedades deverão aprender a conviver com algumas preocupações e buscar a superação desses déficits da melhor forma possível. Veiga (2007) cita doze obstáculos que estarão presentes no cotidiano das gerações do mundo do desenvolvimento, dentre eles estão a escassez de recursos, a preocupação com o efeito estufa e aumento demográfico.

Para que a expressão “desenvolvimento sustentável” deixe de ser mero conto de fadas, será necessário que as sociedades contemporâneas assumam uma agenda ambiental com doze graves desafios. Quatro decorrem de destruições ou perdas de recursos naturais: habitat, fontes protéicas, biodiversidade e solos. Três batem em limites naturais: energia, água doce e capacidade fotossintética. Outros três resultam de artifícios nocivos: químicos tóxicos, espécies exóticas e gases de efeito estufa ou danosos à camada de ozônio. E os dois últimos concernem às próprias populações humanas: seu crescimento e suas aspirações de consumo. (VEIGA, 2007, p.67-68)

O desenvolvimento sustentável está ligado ao equilíbrio de três dimensões: meio ambiente, sociedade e tecnologia. Esse desenvolvimento foi definido como satisfazer as nações presentes sem descuidar das nações futuras (MANO, 2002, p.96).

Ressaltando a ideia da sustentabilidade, vê-se na obra de Branco (2002) como:

[...] desenvolvimento sustentável, ou desenvolvimento autosustentado, é obtido de forma compatível com a preservação dos recursos naturais de um determinado país. Em outras palavras, trata-se de um desenvolvimento não-

predatório [...] Aconselha-se o planejamento de um país ou região, baseado em um levantamento de todas as suas necessidades, comparando-as com todas as suas potencialidades, isto é, com sua capacidade de fornecimento dessas necessidades, de forma sustentável, sem desgastes, obedecendo à sua capacidade e velocidade de renovação ou reciclagem natural.

O planejamento baseado nas expectativas de que as gerações futuras poderão usufruir dos mesmos recursos que seus antepassados puderam usufruir, deve ser um ponto fundamental para os governos.

A busca por um crescimento sustentável já está presente nos países em desenvolvimento, como os países do BRIC. A adoção de medidas que visam a redução do impacto ambiental e na degradação do meio ambiente, como a reciclagem e alguns tratados, como o Protocolo de Kyoto, estão sendo assumidas por muitos países.

Ainda sobre o Protocolo de Kyoto, é importante frisar que todos os BRICs são a favor dessa medida e assinaram o tratado que define cotas de emissão de gás carbônico (MANO, 2002, p.95).

Um grande obstáculo a ser enfrentado pelos países é perceptível: enquanto o anseio em elevar o PIB ainda for a principal prioridade, o desenvolvimento e a capacidade de ser um país sustentável estarão bem longe de ser realidade. (VEIGA, 2007, p.55)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pela estabilidade econômica no mercado mundial é um fato comum na atualidade. Países vêm se desenvolvendo e crescendo economicamente de forma repentina.

Faz-se jus dar ênfase nas consequências que tal crescimento pode trazer para a estrutura do país, pois os países que apresentam um crescimento em um ritmo acelerado, como os países do BRICs, terão que enfrentar alguns sérios desafios para conseguirem se desenvolver economicamente de forma saudável.

A percepção do paralelo entre crescer economicamente e desenvolver-se economicamente é essencial para que haja um equilíbrio dentro do país.

O crescimento econômico está relacionado ao crescimento do PIB, ou seja, da produção do país. Já o desenvolvimento econômico relaciona-se com o desempenho do país em um contexto geral: considera a elevação da produção (PIB) e outros fatores de extrema importância, como o equilíbrio socioambiental e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Assim como afirma Veiga (2007, p.41), considerar o PIB como índice de crescimento é inviável devido ao fato de que tal indicador “fecha os olhos” para os outros fatores do país e foca apenas na produtividade.

Países como a China e o Brasil têm apresentado um crescimento consideravelmente acelerado, pois a economia interna do país vem atingindo altos índices (valores demonstrados no PIB) e com isso, a estabilidade como grandes potências mundiais está presente cada vez mais nesses países. Com esse crescimento, é inevitável, de início, evitar com que danos atinjam as estruturas do país (econômica, social e ambiental).

A falta de planejamento dos países em relação ao crescimento faz com que o impacto sobre esses países seja mais intenso. Problemas como a pobreza, a qualidade de vida precária, o crescimento populacional desequilibrado e a depredação do meio ambiente necessitam ser cautelosamente estudados pelos governos, afim de que sejam evitados, para assim obterem um crescimento considerado saudável.

A sustentabilidade, termo que vem ganhando ênfase nos países desenvolvidos, mas que ainda hoje é uma medida pouco valorizada, objetiva em implantar o pensamento sustentável como forma de garantir a prevenção dos problemas vindos do crescimento acelerado. Garantir a disponibilidade de recursos através da exploração consciente afim de que as gerações futuras também possam usufruir de tais recursos é o principal foco da sustentabilidade.

Alcançar um equilíbrio interno no país, ainda sim depende de vontades políticas em aderir e aplicar medidas que visam garantir uma capacidade de se sustentar no presente e no futuro.

REFERÊNCIAS

16ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP16) In: **Emissão de Co₂**. Disponível em <<http://extras.ig.com.br/infograficos/emissaoco2/>>. Acesso em: 02 mai. 2011.

ABLAS, Luiz. Contabilidade econômica do meio ambiente: proposta metodológica para aplicação ao Estado de São Paulo. In: São Paulo (Estado). Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Contabilização econômica do meio ambiente: elementos metodológicos e ensaio de aplicação no Estado de São Paulo** / [coordenador: Nelson Nozoe; técnicos: Antonio Evaldo Comune... et al.; consultor Henrique Rattner]. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1992.

BRAGA, Benedito et al. **Introdução à engenharia ambiental**. São Paulo. Ed Prentice Hall, 2002.

BRANCO, Samuel Murgel. **O meio ambiente em debate**. São Paulo: Moderna. Coleção Polêmica, São Paulo, 1997.

BRUNACCI, A.; PHILIPPI Jr. Dimensão Humana do Desenvolvimento sustentável. In: PHILIPPI Jr.; PELICIONI, M.C.F. (editores). **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Barueri/SP: Manole, 2005 (Coleção Ambiental).

CADERNOS DO DESENVOLVIMENTO. – ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2006, 280 p.

CAPRA, **A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Tradução Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 1996. 256 p. Título Original: the web of life: a new scientific understanding of living systems.

CAVALCANTI, C. (org.) **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2001. [CIMA] Comissão Interministerial para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **O desafio do desenvolvimento sustentável: relatório do Brasil para a conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Brasília, DF, 1991.

CHADE, Jamil. Brasil é **o campeão do lixo eletrônico entre emergentes**. O Estado de São Paulo. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,brasil-e-o->

campeao-do-lixo-eletronico-entre-emergentes,514495,0.htm>. Acesso em 27 mar.2011.

COIMBRA, Marcos. **Crescimento x Desenvolvimento**. Varican. Disponível em: <http://www.varican.xpg.com.br/varican/Beconomico/cescim_desenv>. Acesso em: 23 mar. 2011.

DENARDI, R. A. et al. **Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Paraná**. EMATER/Paraná: Curitiba. 2000.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O Cidadão de Papel** – a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. São Paulo: Ática, 1994.

DORST, Jean. **Antes que a natureza morra**: por uma ecologia política; tradução, Rita Buongermino. São Paulo, Edgard Blücher, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973.

FILHO, Edner Dreer et all. **Lixo Eletrônico**. Sociedade Paranaense de Ensino e Informática - Faculdades SPEI. Disponível em http://www.edvar.pro.br/aulas/artigos/Lixo_Eletronico.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2011.

FORUM DE ONGS BRASILEIRAS. 1992. **Meio Ambiente e Desenvolvimento: Uma Visão das ONGs e dos Movimentos Sociais Brasileiros**. Rio de Janeiro: Fórum de Ongs.

FRANCO, A. de. **Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável?**. In: Separata da Revista Século XXI. N. 3. Millenium – Instituto de Política: Brasília, 2000.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000 (Série Brasil cidadão).

Giddens, Anthony. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

GRIECO, Francisco de Assis. **O Brasil e a nova economia global**. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

GOULET, D. **Desenvolvimento autêntico**: fazendo-o sustentável. In: Cavalcante, C. Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

GUIMARÃES, R.P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: DINIZ, N. et al (org.). **O Desafio da Sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame. Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade. Petrópolis: Vozes, 1998.

HOGAN, Daniel Joseph. A relação entre população e ambiente: desafios para a demografia in **População e Meio Ambiente: Debates e desafios**

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, março/ 2003

JARA, Carlos J. **A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local**: Desafios de u processo em Construção. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA): Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco - SEPLAN, 1998.

LE PRESTRE, Philippe. **Ecopolítica internacional**. São Paulo: Senac, 2000.

LIMA, Maurício. Um bebê = 25 toneladas de lixo. **Veja**, ed.1589, março, 1999, p.60.

MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. Barueri, SP: Manole, 2004.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. Desenvolvimento econômico, distribuição de renda e pobreza. In: FIORI, José Luís. **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

NAISBITT, John. **Paradoxo Global**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

OLIVEIRA, Carlos Tavares de. **O despertar da China, 1980-2002: crescimento acelerado**. 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

PINHEIRO, Antonio Carlos F.B. **Ciências do ambiente: ecologia, poluição e impacto ambiental.** – São Paulo: Makron, 1992.

RATTNER, Henrique. Tecnologia e desenvolvimento sustentável: uma avaliação crítica. In: São Paulo (Estado). Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Contabilização econômica do meio ambiente:** elementos metodológicos e ensaio de aplicação no Estado de São Paulo / [coordenador: Nelson Nozoe; técnicos: Antonio Evaldo Comune... et al.; consultor Henrique Rattner]. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1992

REDE NACIONAL DO CONSUMO RESPONSÁVEL, **Manual para o voluntariado em consumo responsável.** 2008, Disponível em <http://www.consumoresponsavel.com/wp-content/rncr_fichas/RNCR_Ficha_C.pdf> Autor Desconhecido. Acesso em: 08 fev. 2011.

RIVERO, Oswaldo de. **O mito do desenvolvimento:** os países inviáveis no século XXI. Petrópolis: Vozes, 2002.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento:** Crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SINGER, Paul. **Aprender economia.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável:** o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005

_____ **Meio ambiente & desenvolvimento.** São Paulo: Senac São Paulo, 2006.

WIGGINS, Sarah, et al. **Sustentabilidade ambiental.** Reino Unido: Tearfund, 2009.